Fabício Veiga Costa

Liquidez e certeza dos direitos fundamentais pelo processo constitucional

RESUMO

A presente pesquisa pretende desenvolver um estudo acerca do tema liquidez e certeza dos direitos fundamentais pelo processo constitucional no Estado Democrático de Direito. Para isso foi realizada uma pesquisa teórico-bibliográfica com a finalidade de diagnosticar como se dá a construção do conceito de liquidez e certeza pela participação discursiva dos destinatários do provimento.

Verificou-se que é através do processo jurisdicional e não do devido processo legislativo que o magistrado delimita o conceito de liquidez e certeza dos direitos fundamentais. A partir de uma construção argumentativa o magistrado analisa se existe em *prima facie* a existência de choque entre direitos fundamentais que é resolvido no caso concreto por meio de um processo de argumentação capaz de definir qual o direito fundamental a ser aplicado.

A análise científica dos discursos de justificação e de aplicação viabiliza o desenvolvimento de um estudo dos direitos fundamentais partindo-se de concepções teóricas garantidoras da participação das partes interessadas no que diz respeito ao exercício efetivo dos direitos fundamentais pelas ações constitucionais do mandado de segurança e do *habeas corpus*.

Palavras-Chaves: estado democrático de direito; direitos fundamentais; processo constitucional.

Abstract

LIQUIDITY AND CERTAINTY OF THE FUNDAMENTAL RIGHTS BY THE CONSTITUTIONAL PROCESS

The present research is going to develop a study about the subject liquidity and certainty of the fundamental rights by the constitutional process in the Democratic State of Right. For that, a theoretical-bibliographical research was done with the purpose of diagnosing how to construct the concept of liquidity and certainty by the argumentative participation of the sentence recipients.

By of the jurisdictional process, and not by the due legislative process, was verified that the magistrate delimits the concept of liquidity and certainty of the fundamental rights. From an argumentative construction the magistrate analyzes if exist in *Prima facie* the existence of a conflict among fundamental rights. It will be resolved in real case by argumentative process capable to define which the fundamental right will be applied.

The scientific analysis of the speech of justification and application makes possible the development of a study of the fundamental rights which is based of theoretical conceptions that assured the participation of the interested parts concerning about the effective exercise of the fundamental rights by the constitutional actions of the Indemnity Security and of the Habeas corpus.